

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.588.679 - DF (2019/0284273-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : MB ENGENHARIA SPE 040 S.A.
AGRAVANTE : TEGRA INCORPORADORA S.A
ADVOGADOS : DANIEL BATTIPAGLIA SGAI - SP214918
RENATA MENDES MINEIRO - SP338746
AGRAVADO : FERNANDA LINDOSO DE ARAUJO
ADVOGADO : PEDRO HENRIQUE MEDEIROS DE ARAUJO - DF032319

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por MB ENGENHARIA SPE 040 S.A. e OUTRA contra decisão proferida pela Presidência do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (e-STJ, fls. 217-228) que, relativamente ao recurso especial apresentado: *i) negou-lhe seguimento*, quanto às questões da prestação de serviços de corretagem e forma de restituição valores em caso de rescisão contratual, com base na conformidade do acórdão recorrido com a tese firmada em julgamento de recurso repetitivo; e *ii) inadmitiu-o*, pelos seguintes motivos: *a)* deficiência da fundamentação, por ausência de indicação de dispositivo legal violado para amparar a alegação sobre a forma de cálculo do valor da multa, nos termos da Súmula 284/STF; *b)* inexistência de prequestionamento da ocorrência de caso fortuito ou força maior prevista pelo art. 393 do CC, nos termos dos óbices das Súmulas 282/STF e 211/STJ.

Nas razões do presente agravo (e-STJ, fls. 361-373), a parte agravante alega: *a)* a desnecessidade de reexame fático-probatório; *b)* a divergência de entendimento com a tese fixada no recurso repetitivo sobre a validade da transferência do encargo e de devolução de valores pagos a título de comissão de corretagem; *c)* a observância da cláusula contratual acerca da restituição dos valores pagos em caso de inadimplência da parte contrária; *d)* a desconsideração da ocorrência de caso fortuito ou de força maior como excludentes do atraso na entrega do imóvel; e *e)* a exigibilidade de restituição apenas dos valores efetivamente pagos.

É o relatório. Decido.

Segundo a orientação jurisprudencial desta Corte Superior, é incabível a interposição do agravo do agravo em recurso especial contra decisão denegatória de

seguimento do recurso especial fundamentada em recurso repetitivo e proferida após a vigência do CPC/2015 (18/3/2016), pois o único recurso cabível é o agravo interno dirigido ao próprio Tribunal de origem, nos termos dos arts. 1.030, § 2º, e 1.042, *caput*, do CPC/2015 (v.g. AREsp 959.991/RS, Rel. Ministro **Marco Aurélio Bellizze**, **Terceira Turma**, julgado em 16/8/2016, DJe 26/8/2016; AgInt no AREsp 1.053.970/DF, Rel. Ministro **Raul Araújo**, **Quarta Turma**, julgado em 25/4/2017, DJe 12/5/2017; e AgInt no AREsp 982.074/PR, Rel. **Ministra Maria Thereza de Assis Moura**, **Sexta Turma**, julgado em 25/10/2016, DJe 17/11/2016).

Desse modo, considerando que a decisão agravada publicada em 9/7/2019 (e-STJ, fl. 359) está fundamentada na conformidade do acórdão recorrido com precedente firmado em julgamento de recurso repetitivo, **não é possível o conhecimento do presente agravo** acerca da prestação de serviços de corretagem e da forma de restituição valores, tópicos objeto da **negativa de seguimento do recurso especial**.

Quanto à motivação de **inadmissão do recurso especial**, o agravo igualmente não pode ser conhecido.

Com efeito, o agravo previsto no art. 1.042 do Código de Processo Civil tem por objetivo o processamento do recurso especial inadmitido pelo Tribunal de origem. Assim, é imperioso que, nas razões recursais, o agravante demonstre expressamente o desacerto da decisão agravada, impugnando de forma específica a integralidade de seus fundamentos.

Desse ônus, contudo, não se desincumbiu a agravante, tendo apresentado alegações que, como visto, limitaram-se a defender teses próprias do recurso especial, sem, contudo, atacar os fundamentos remanescentes da decisão agravada, quais sejam: *a*) ausência de indicação de dispositivo legal sobre a multa, óbice da Súmula 284/STF; e *b*) falta de prequestionamento da matéria sobre caso fortuito e força maior.

Incide, na hipótese, a previsão contida no art. 932, III, do CPC/2015, segundo a qual incumbe ao relator não conhecer de recurso que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida e, ainda, por analogia, o princípio cristalizado na Súmula 182/STJ, que reputa inviável o agravo do art. 1.042 do Código de Processo Civil (art. 545 do CPC/1973) que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada.

Nesse sentido, as seguintes decisões, sem grifos no original:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE OS ARESTOS EM CONFRONTO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

I - Trata-se de agravo interno interposto contra decisão monocrática de indeferimento liminar dos embargos de divergência, diante da ausência de similitude fática entre o acórdão embargado e o julgado paradigma e incidência da súmula 168 do STJ.

II - Descumpre o art. 1.021, § 1º, do CPC e a Súmula nº 182 do STJ, o agravo interno que não impugna integralmente os fundamentos da decisão agravada.

III - A teor do enunciado contido na Súmula n. 182 do STJ, é inviável o agravo que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada. Precedentes.

IV - A ausência de similitude fática impede o comparativo entre acórdão embargado e paradigma de modo a obstar a configuração do dissídio jurisprudencial supostamente alegado pela parte.

Agravo Interno não provido.

(AgInt nos EAREsp 1.040.547/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2017, DJe 06/02/2018)

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO APELO NOBRE PROFERIDA PELA CORTE DE ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO DO RECLAMO.

AGRAVO IMPROVIDO.

1. Em atenção ao princípio da dialeticidade recursal, as razões do agravo em recurso especial devem infirmar os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do apelo nobre, proferida pelo Tribunal de origem, sob pena de não conhecimento do reclamo por esta Corte Superior, nos termos do artigo 932, III, do CPC/2015 (artigo 544, § 4º, I, do CPC/1973).

2. A aplicação da multa prevista no § 4º do art. 1.021 do CPC/2015 não é automática, não se tratando de mera decorrência lógica do desprovimento do agravo interno em votação unânime. A condenação dos agravantes ao pagamento da aludida multa, a ser analisada em cada caso concreto, em decisão fundamentada, pressupõe que o agravo interno mostre-se manifestamente inadmissível ou que sua improcedência seja de tal forma evidente

Superior Tribunal de Justiça

que a simples interposição do recurso possa ser tida, de plano, como abusiva ou protelatória, o que, contudo, não se verifica na hipótese ora examinada.

3. Conforme entendimento desta Corte: "A interposição de recursos cabíveis não [implica] em litigância de má-fé nem ato atentatório à dignidade da justiça, ainda que com argumentos reiteradamente refutados pelo Tribunal de origem ou sem alegação de fundamento novo" (AgRg nos EDcl no REsp n. 1.333.425/SP, Relatora a Ministra Nancy Andrighi, DJe 4/12/2012).

4. Agravo interno improvido.

(AgInt no AREsp 993.261/MS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 30/08/2017)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ, não conheço do agravo em recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários advocatícios devidos ao procurador da parte recorrida de 11% para 12% sobre o valor atualizado da condenação.

Publique-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO, Relator